



Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

## EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO CONVITE - LC Nº 54/2021

### DOCUMENTO COMPLEMENTAR ÀS INSTRUÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

O objetivo do presente documento é complementar as informações e solicitações contidas no impresso "LICITAÇÃO CONVITE" e suas condições gerais emitidas pela Diretoria de Compras da Secretaria Municipal de Administração, referente à Licitação Convite nº 54/2021

Além das instruções gerais contidas no verso do impresso citado, devem ser observados os seguintes itens:

#### MINUTA DE EDITAL LC Nº 54/2021

CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA

#### DADOS DA LC

DATA: \_\_\_/\_\_\_/2021 às \_\_\_ h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA TOTAL POR PREÇO UNITÁRIO

VALOR ESTIMADO: R\$ 82.539,71 (Oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos).

DATA-BASE: SETOP-JUL/2020 SEM DESONERAÇÃO BDI: 22.50%

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA  
Av. Anselmo Alves dos Santos, 600 – B. Santa Mônica, Uberlândia-MG CEP: 38408-150

[www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br)  
E-mail: [licitacoespmu@uberlandia.mg.gov.br](mailto:licitacoespmu@uberlandia.mg.gov.br)





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

## 2. DAS ESPECIFICAÇÕES

2.1 As especificações técnicas e executivas estão detalhadas nos Anexos deste Edital.

2.1.2 Fica estabelecido que os direitos patrimoniais relativos aos estudos e projetos descritos no objeto do presente contrato, ficam cedidos à Contratante, possibilitando que a Administração Pública possa utilizá-los, podendo toda a documentação técnica elaborada pela Contratada ser utilizada pela Contratante, a qualquer tempo, conforme melhor lhe convier;

2.1.3 À Contratada é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento elaborado ou recebido para a execução de serviços, salvo com prévia autorização do Contratante;

2.1.4 Toda documentação técnica fornecida à Contratada para execução dos trabalhos, deverá ser devolvida à Contratante ao final do contrato.

2.1.5 A empresa contratada deverá cumprir todas as Normas Regulamentares sobre a Medicina e Segurança no Trabalho vigentes em território brasileiro, fornecendo, inclusive, os equipamentos necessários à proteção de seus empregados, sendo que o seu eventual descumprimento sujeitará à Contratada às penalidades previstas no instrumento contratual, podendo, até, implicar na rescisão do contrato.

## 3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 O prazo total para a execução dos serviços será contado a partir da data da emissão da Ordem de Serviço por parte da Secretaria Municipal de Obras, e será de 60 (sessenta) dias.

3.2 O prazo de vigência do futuro Contrato será contado a partir da data da sua assinatura e será de 6 (seis) meses

## 4. DA VISITA:

4.1- A visita ao local onde a obra será executada, poderá ocorrer em qualquer dia útil que preceda o dia limite para a apresentação das propostas, desde que previamente marcado com setor de Assessoria Técnica de Engenharia da Secretaria Municipal de Obras, através do telefone (34) 3239-2550 ou através do email [smo@uberlandia.mg.gov.br](mailto:smo@uberlandia.mg.gov.br).

4.1.1- A visita, quando realizada, deverá ser feita pelo representante credenciado da empresa licitante que, preferencialmente, deve ser um dos seus Responsáveis Técnicos, devidamente munido de documento de identificação pessoal e o registro da empresa licitante junto ao CREA ou ao CAU, comprovando que o mesmo é seu Responsável Técnico.





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

4.1.2- A empresa que realizar a visita ao local onde será executado o serviço receberá o Atestado de Visita, expedido pela Secretaria Municipal de Obras, que deverá compor os documentos de habilitação, conforme item 5.1 deste edital (O atestado de visita poderá ser substituído pela declaração constante do item 4.1.4).

4.1.3- Não será admitida a participação de um mesmo profissional como representante de mais de uma empresa licitante;

4.1.4- Em caso de não comparecimento do Responsável Técnico ou representante da empresa nos dias da visita técnica, se torna documento necessário, declaração formal assinada pelo, representante legal, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Uberlândia (que deverá compor os documentos de habilitação, conforme item 5.1 deste edital)

## 5 - CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO -

5.1- O Envelope nº 01 – Documentação de Habilitação deverá conter:

5.1.1- A documentação quanto à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

5.1.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, atualizado de acordo com o Código Civil (Lei Federal nº 10.406/2002), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.2.1- o documento da subcláusula 5.1.1.2 deve comprovar que a Licitante possui objeto social compatível com a presente licitação, sendo que, por objeto compatível, entende-se a descrição de objeto social que manifestamente não impossibilite o atendimento ao objeto do Edital.

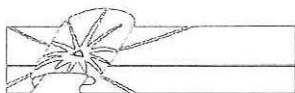
5.1.1.3- Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.1.4- Decretos de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5- A licitante poderá apresentar a **Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do modelo constante no Anexo VII deste Edital.**

5.1.2- A Declaração de que trata o item 5.1.1.5 deste Edital deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações, após a abertura da sessão, antes e, separadamente dos envelopes (habilitação e proposta de preços) exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretendem se





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

beneficiar do Regime Diferenciado e Favorecido previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 10.972/2007.

5.1.3- As licitantes que se enquadrem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 também deverão comprovar essa condição mediante apresentação de um dos seguintes documentos, que deverão ser encaminhados à comissão juntamente com o restante da documentação de habilitação:

5.1.3.1- Prova de enquadramento na opção pelo Simples Nacional, mediante apresentação de documento expedido pelo órgão competente, atualmente expedido por meio do *site* da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

5.1.3.2- Certidão expedida pela Junta Comercial ou, conforme o caso, a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, de seu domicílio;

5.2 - A documentação quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

5.2.1- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, inclusive a Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.2.2- Certidão de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade Fiscal CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.2.3- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Art. 3º da Lei Federal 12.440/2011).

5.2.4- Declaração firmada pela Licitante, nos termos do modelo do Decreto Federal nº. 4.358/2002 e com amparo no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666/1993, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

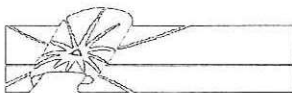
OBS.: Os documentos exigidos nos itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição anteriores a mais de 90 (noventa) dias contados da data de entrega dos documentos/propostas da presente licitação.

5.3- A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

5.3.1 Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da empresa e seus responsáveis técnicos, em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, sendo inválida a certidão que não apresentar







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução n.º 336/89, do CONFEA e Lei Federal nº 5.194 de 24/12/1966 e **Resolução nº 28/2012 do CAU/BR** e Lei Federal nº 12.378 de 31/12/2010;;

**5.3.1.1 Da qualificação técnico-profissional:** Comprovação que a empresa possui em seu corpo técnico, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação;

5.3.1.1.1- O(s) referido(s) atestado(s) técnico(s) poderá(ão) ser firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverá(ão) ter sido emitido(s) em nome de profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, na data de apresentação da documentação para habilitação e pertencente(s) ao corpo de Responsáveis Técnicos da empresa;

5.3.1.1.2- A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

5.3.1.1.3- O(s) atestado(s) deve(m) estar devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU, comprovando que o(s) profissional(ais) executou(aram) ou participou(aram) da execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados;

5.3.1.1.4- O(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s) em nome do(s) profissional(ais) de nível superior somente poderá(ão) ser utilizado(s) **por uma única empresa licitante**, nesta licitação. Caso o(s) mesmo(s) atestado(s) seja(m) apresentado(s) por mais de uma licitante, o(s) mesmo(s) não será(ão) considerado(s) como documento(s) comprovador(es) da qualificação técnica requerida;

5.3.1.1.4.1- Caso o(s) mesmo(s) atestado(s) seja(m) apresentado(s) por mais de uma licitante, o(s) mesmo(s) não será(ão) considerado(s) como documento(s) comprovador(es) da qualificação técnica requerida;

5.3.2- Atestado de Visita, emitido pela Secretaria Municipal de Obras, conforme item 4.1.2 deste Edital, ou a declaração do item 4.1.4;

5.3.3- Os atestados e comprovantes necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.4- A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA** consistirá





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

em:

5.4.1- Certidão Negativa de existência de processo falimentar ou de recuperações previstas na Lei Federal nº 11.101 de 09/02/2005 ou, mesmo, de concordata em nome da licitante ajuizada em data anterior ao advento do diploma legal citado, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A certidão requerida deve apresentar data inferior a 90 (noventa) dias da entrega das propostas.;

5.5 - A Comissão Permanente de Licitações poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

5.6 - Caso a Comissão não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, a licitante será convocada a encaminhar, no prazo especificado pela Comissão, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, conforme solicitado pela Comissão, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatuto art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

5.7- A licitante poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC em substituição aos documentos elencados no Capítulo V, única e exclusivamente com relação aos documentos constantes no CRC e que estejam dentro do prazo de validade.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1- A empresa participante poderá ser representada no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresente até o início da sessão de abertura dos envelopes:

- a) procuração com poderes bastantes ou
- b) carta de credenciamento ou
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

6.2- São condições para participar desta licitação:

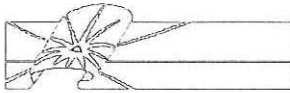
6.2.1- que a empresa aceite, de forma integral e incondicional, todos os termos, cláusulas e condições deste Edital e seus Anexos;

6.3- Não serão habilitadas nesta licitação:

6.3.1- Que a empresa não se encontre declarada inidônea, suspensa e/ou impedida para licitar ou contratar com Órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal e inexistir fato superveniente impeditivo de sua habilitação;







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

Nota explicativa: Esclarecemos que esta regra editalícia será aplicada a toda e qualquer pessoa jurídica que esteja com o direito de licitar e contratar, com a Administração Pública de qualquer esfera, impedido, suspenso ou que tenham sido declaradas inidôneas, independentemente se a punição se restringiu ao órgão que aplicou a penalidade, acarretando, conseqüentemente, a inabilitação da licitante nesta condição, pois este Município coaduna com o entendimento do TCE/MG segundo o qual a punição necessariamente transcende o ente que a aplicou, sob pena de tornar-se ineficaz e mitigar o princípio da moralidade, basilar da atividade estatal (TCE/MG, Denúncia nº 952.322).

6.3.2- empresas em consórcio com outras empresas, ou em quaisquer tipos de associação;

6.3.3- as empresas em que, entre seus dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que seja servidor do Município de Uberlândia (Administração Direta e/ou Indireta);

6.3.4- Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame;

6.3.5- as empresas que estejam impedidas de transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

6.3.6- as empresas que não possuam objetivo social compatível com o objeto da licitação;

6.3.7- o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

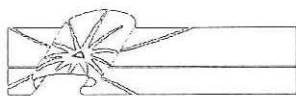
6.3.8- empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

6.3.8.1- é permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item anterior, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada;

6.3.9- servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

6.3.10 - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

## 7. DAS PROPOSTAS

7.1 No Envelope nº 02 – As propostas deverão obedecer ao disposto a seguir:

7.1.1 a planilha de orçamento a ser preenchida pelos licitantes, nos termos do modelo constante do Anexo III deste Edital;

7.1.2 todos os itens da planilha deverão ter seus preços unitários cotados, não se admitindo a exclusão de quaisquer deles, sob pena de desclassificação da proposta;

7.1.3 deverão ser obedecidos, rigorosamente, os quantitativos indicados na planilha de orçamento básico apresentada no **Anexo II** deste Edital, não se admitindo quaisquer alterações em seus valores, sob pena de desclassificação da proposta;

7.1.4 serão desclassificadas as Propostas que ofertarem preço global para a execução do objeto **superior a R\$ 82.539,71 (Oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos)**, conforme valores definidos no orçamento básico elaborado pela Secretaria Municipal de Obras, conforme **Anexo II** deste Edital;

7.1.4.1 ofertarem preços unitários com valor superior aos seus correspondentes constantes da **Planilha de Orçamento Básico** elaborada pela SMO – Secretaria Municipal de Obras, apresentada no **Anexo II** deste Edital.

7.3 Deverá ser apresentado o cronograma físico-financeiro proposto para a execução dos serviços, a ser adotado pela licitante deverá distribuir os serviços de acordo com sua capacidade e execução dentro do prazo estabelecido neste Edital, devendo ser preenchido conforme modelo constante no **Anexo VIII** deste Edital, fornecido apenas a título exemplificativo, nos moldes do art. 40, XIV, “b” da Lei Federal nº 8.666/1993.

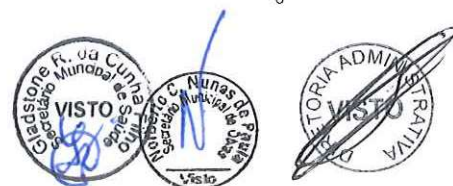
7.4 Deverá ser apresentada a demonstração da Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas adotado pela licitante, preenchido conforme modelo apresentado no **Anexo IV**, deste Edital.

7.5 Deverá ser apresentada a Composição de Preços Unitários para os itens da planilha de orçamento.

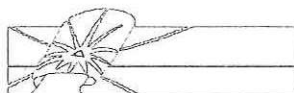
7.6 Deverá ser apresentada a demonstração dos encargos sociais adotado pela licitante, preenchido conforme modelo apresentado no **Anexo V**, deste Edital;

## 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Será considerada vencedora da licitação a licitante que ofertar o **menor preço global** para a realização do serviço.







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

8.2 Na reunião destinada ao recebimento dos envelopes de Documentação e de Proposta, deverá ser apresentada pelas pessoas interessadas, mediante procuração, credencial do representante legal da licitante, quando for o caso, para participar dos trabalhos referentes a presente licitação.

## 9. DO CONTRATO

9.1 Antes da assinatura do Contrato a licitante vencedora deverá apresentar à **Secretaria Municipal de Obras**, correspondência com visto de “Recebido” pela Tesouraria Geral, unidade da Secretaria Municipal de Finanças, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste Edital.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos serão efetuados conforme medições mensais dos quantitativos efetivamente realizados pelos seus respectivos preços unitários, e serão procedidas e liberadas pela Secretaria Municipal de Obras à Contratada, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data da aferição desta.

10.2 Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários relativos ao pessoal alocado para o desenvolvimento do objeto do Contrato, sem as quais os pagamentos não serão efetuados, bem como ART/RRT de execução dos serviços objeto desta Licitação, sem as quais os pagamentos não serão efetuados e ainda:

10.2.1) Folha de pagamento e recibos salariais, relativos ao período de execução do objeto desta Licitação, constante da medição (para todos os pagamentos);

10.2.2) Cartões de ponto, relativos ao período de execução da obra, constante da medição (para todos os pagamentos).

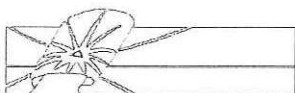
10.2.3) ART ou RRT de execução do objeto, objeto deste Contrato (para o 1º pagamento);

10.3 A manutenção do Diário de Obras deverá ser feita nos moldes do Livro de Ordem instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017, contendo a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou serviço e registrando, obrigatoriamente, os elementos definidos no art. 4º da referida resolução.

10.3.1 Juntamente com o requerimento de pagamento deverá ser apresentada cópia do Livro de Ordem, devidamente conferido e aprovado pela fiscalização, juntamente da planilha de medição que deverão ser enviadas ao e-mail: e [smo@uberlandia.mg.gov.br](mailto:smo@uberlandia.mg.gov.br).

10.4 No caso de erro nos documentos apresentados pela Contratada, estes, serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de reapresentação.





Prefeitura de Uberlândia

Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

10.4.1 Em nenhuma hipótese, a devolução dos documentos para correção será considerada motivo para suspensão da execução do objeto contratado.

10.5 Deverão ser apresentados também, os documentos que comprovem a regularidade da empresa, sendo eles:

10.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, inclusive a Certidão Negativa de Débitos Quanto à Dívida Ativa da União;

10.5.2 Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade Fiscal CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.5.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, ou equivalente legal, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis Trabalhistas (Art. 3º da Lei Federal 12.440/2011).

10.6 Em caso de rejeição de parte dos documentos apresentados pela Contratada será observado o seguinte procedimento:

10.6.1 a parcela não rejeitada seguirá o processamento normal;

10.6.2 a parcela eventualmente rejeitada deverá ser devolvida para correção e reapresentação.

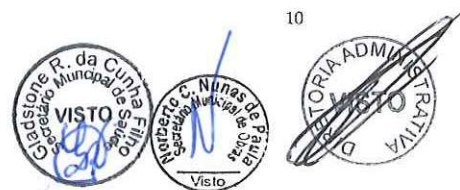
**10.7- A Contratada deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis posteriores à assinatura do futuro Contrato, prestar garantia de sua execução, através de uma das modalidades de garantias previstas na lei 8666/1993, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído àquele instrumento contratual, sendo exigida sua complementação quando da celebração de Termos Aditivos ao Contrato.**

10.8- A não observância do item anterior, poderá ensejar a nulidade do termo contratual, independentemente de quaisquer outras providências legais.

10.9- A critério da futura Contratada, a caução a que se refere o item 10.7, poderá ser prestada em uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei Federal 8.666/1993.

10.10- A garantia prestada responderá pelas eventuais multas aplicadas à Contratada, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou de omissão, dolosa ou culposa, da Contratada.

10.11- Em não ocorrendo as hipóteses previstas no item anterior, a caução será devolvida à Contratada 30 (trinta) dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, laudo este que deverá ser solicitado pela Contratada à Contratante, tão logo quitada a





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

medição final do Contrato.

10.12 Os preços unitários que vigorarão no Contrato, correspondem àqueles constantes da Planilha de Quantidades e Preços da Proposta da Contratada, que passa fazer parte integrante do Contrato.

10.13 O empenho para pagamento será sempre emitido pelo Contratante para o CNPJ e endereço fornecidos na documentação de Habilitação e Proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos, exceto no interesse da administração, por meio de aditivo contratual, respeitando-se as exigências de apresentação de todas as certidões de quitação fiscal e trabalhista para todos os CNPJ envolvidos até o final da execução contratual, incluindo eventuais aditamentos de prazo.

10.14 As licitantes que tenham interesse em participar do presente Processo Licitatório pela Matriz, e que pretendem faturar por intermédio de outras Filiais, deverão comprovar também que estas atendem a todas as exigências habilitatórias, pois o faturamento somente poderá ser feito pela Matriz ou Filial que apresentou os documentos para fins de Habilitação.

## 11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes com a presente Licitação correrão à conta dos recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária e correspondente rubrica:

09.10.302.1002.3.019.33.90.39.09.02 Fonte 154 Ficha 14987 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional - COVID-19

## 12. DAS SUBCONTRATAÇÕES

12.1- Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste Edital, a Contratada poderá subcontratar, parcialmente, com terceiros, o desenvolvimento de atividades inerentes de **menor relevância**, acessórias ou complementares ao objeto licitado, sendo vedada a subcontratação total dos serviços.

12.2- A subcontratação parcial dos direitos e obrigações do Contrato a terceiros, somente será permitida sendo limitada só a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta vencedora, mediante prévia e expressa autorização da Administração Municipal, sob pena de rescisão contratual, de pleno direito, independente de notificação judicial, sujeitando-se a Contratada, a perda de sua caução.

12.2.1- A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles fiscal e trabalhista.

12.3- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4- Os contratos celebrados entre a Contratada e terceiros, a que se refere o item anterior, reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre estes e o Município.

12.5- A execução das atividades subcontratadas pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais.

### 13. DAS PENALIDADES

13.1- Sem prejuízo da aplicação do disposto na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993, a contratada/licitante estão sujeitos às penalidades previstas no artigo 3º do Decreto Municipal nº 18.198/2019, aplicadas na forma do artigo 31 e seguintes do mesmo diploma normativo.

13.2- Na aplicação das penalidades, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; a natureza e a gravidade da infração cometida; os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

13.3- A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 34 do mesmo Decreto.

13.4- A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

13.5- Além das multas supracitadas, poderão ser aplicadas outras multas cumulativamente, segundo os graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo, além das previstas no Decreto Municipal 18.198 de 1º de agosto de 2019:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 600,00
2	R\$ 1.000,00







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

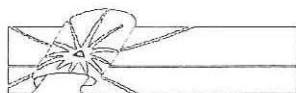
3	R\$ 1.400,00
4	R\$ 1.800,00
5	R\$ 10.000,00
6	R\$ 20.000,00

TABELA 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir a presença de empregado sem uniforme; por empregado e por ocorrência.	01
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
03	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
04	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
05	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência.	03
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais ; por dia e por tarefa designada.	03
07	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03
08	Destruir ou danificar os documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência,	03
09	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais ou descumprimento de segurança do trabalho; por ocorrência.	06

Para os itens a seguir, deixar de:





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0t>

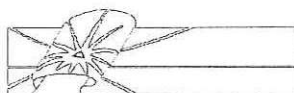
12	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços para início da execução destes nos prazos de até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço; por dia de atraso	01
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
14	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
17	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
18	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
20	Deixar de fornecer regularmente os ensaios tecnológicos contratuais ou especificados pela fiscalização; por ocorrência.	03
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Indicar, manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no edital e em seus anexos; por dia.	04
23	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

13.6- A aplicação das penalidades previstas neste contrato não prejudicará a aplicação de outras penas previstas na lei ou em regulamento, especialmente a de rescisão do contrato, bem como a responsabilidade administrativa, cível ou criminal que no caso couber.

#### 14. DOS ANEXOS

Constituem Anexos deste Edital:





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

Anexo I	Minuta de Contrato
Anexo II	Planilha de Orçamento Básico
Anexo III	Modelo de Planilha Orçamentária
Anexo IV	Modelo de Planilha Demonstrativa do BDI
Anexo V	Modelo de Planilha de Encargos Sociais
Anexo VI	Modelo de Correspondência de Cadastramento Bancário
Anexo VII	Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo VIII	Cronograma Físico-Financeiro
Anexo IX	Planilha de Composição de Encargos Sociais
Anexo X	Projetos e Memorial Descritivo

## 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As eventuais dúvidas que surgirem durante qualquer fase do processo licitatório, bem como os casos omissos, serão resolvidas e/ou esclarecidas, exclusivamente, pela Comissão de Licitações, observados os preceitos legais.

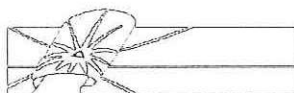
Uberlândia, MG,        de        de

  
GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO  
Secretário Municipal de Saúde

  
NORBERTO CARLOS NUNES DE PAULA  
Secretário Municipal de Obras







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

LICITAÇÃO CONVITE – Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

### ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA**

#### **CLÁUSULA I – PARTES E FUNDAMENTO**

1.1) CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras, **Norberto Carlos Nunes de Paula** e o Secretário Municipal de Saúde, **Gladstone Rodrigues Da Cunha Filho**, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Municipal nº 16.926/2017.

1.2) CONTRATADA:.....(nome da empresa, endereço, CNPJ, nome, qualificação e identificação de seu representante legal).

1.3) FUNDAMENTO: A presente contratação fundamenta-se na **Licitação Convite** nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, homologada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, conforme despacho “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, na Lei Federal nº 8.666/1993, pelas disposições contidas no Edital Convite nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus anexos e demais legislações pertinentes.

#### **CLÁUSULA II – OBJETO, ESPECIFICAÇÕES, NORMAS DE EXECUÇÃO E SUBCONTRATAÇÕES**

2.1) **OBJETO:** Seleção e contratação de empresa para **VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA**. O serviço correspondente está detalhado e especificado nos anexos que integram o presente Edital, **sob regime de empreitada total por preços unitários**.

#### **2.2) ESPECIFICAÇÕES**

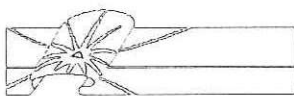
2.2.1) As especificações técnicas e executivas estão detalhadas nos Anexos que integram o edital.

2.2.2) Fica estabelecido que os direitos patrimoniais relativos aos estudos e projetos descritos no objeto do presente contrato, ficam cedidos à Contratante, possibilitando que a Administração Pública possa utilizá-los podendo toda a documentação técnica elaborada pela Contratada poderá ser utilizada pela Contratante, a qualquer tempo, conforme melhor lhe convier;

2.2.3) À Contratada é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros, qualquer dado ou documento elaborado ou recebido para a execução de serviços, salvo com prévia autorização do







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

Contratante;

2.2.4) Toda documentação técnica fornecida à Contratada para execução dos trabalhos, deverá ser devolvida à Contratante ao final do contrato.

**2.3) NORMAS DE EXECUÇÃO:** Os serviços executivos somente serão iniciados após a expedição, pela Secretaria Municipal de Obras, da correspondente Ordem de Serviço que autorizá-los.

**2.4) CESSÕES E/OU SUBCONTRATAÇÕES:**

**2.4.1-** Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste Edital, a Contratada poderá subcontratar, parcialmente, com terceiros, o desenvolvimento de atividades inerentes de menor relevância, acessórias ou complementares ao objeto licitado, sendo vedada a subcontratação total dos serviços.

**2.4.2-** A subcontratação parcial dos direitos e obrigações do Contrato a terceiros, somente será permitida sendo limitada só a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta vencedora, mediante prévia e expressa autorização da Administração Municipal, sob pena de rescisão contratual, de pleno direito, independente de notificação judicial, sujeitando-se a Contratada, a perda de sua caução.

**2.4.2.1-** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles fiscal e trabalhista.

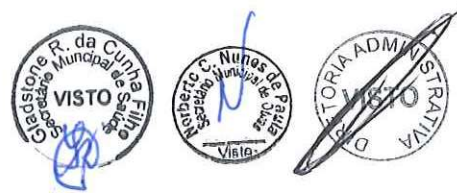
**2.4.3-** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

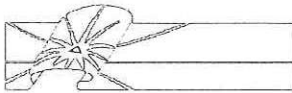
**2.4.4-** Os contratos celebrados entre a Contratada e terceiros, a que se refere o item anterior, reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre estes e o Município.

**2.4.5-** A execução das atividades subcontratadas pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais.

### CLÁUSULA III – VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

**3.1) PREÇO GLOBAL:** Para todos os fins de direito, atribui-se ao presente Contrato o valor de R\$ \_\_\_\_\_, conforme preço global para a prestação dos serviços, constante da Proposta da Contratada em planilha anexa.





Prefeitura de Uberlândia

Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk40>

3.1.1) Fica, desde já, expressamente acordado, que a Contratante não se obriga a atingir o valor atribuído a este Contrato, uma vez que os quantitativos que orientam esta contratação são estimados e, pela sua própria natureza, poderão sofrer modificações ao longo da realização dos serviços.

3.2) **FORMA DE PAGAMENTO:** A forma de pagamento está descrita abaixo para cada uma das fases dos serviços:

3.2.1) **FORMA DE PAGAMENTO:** Os pagamentos serão efetuados conforme medições mensais dos quantitativos efetivamente realizados pelos seus respectivos preços unitários, e serão procedidas e liberadas pela Secretaria Municipal de Obras à Contratada, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data da aferição desta.

3.2.2) Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários relativos ao pessoal alocado para o desenvolvimento do objeto do Contrato, sem as quais os pagamentos não serão efetuados, bem como ART/RRT de execução dos serviços objeto desta Licitação. São exigidos também:

3.2.2.3) Folha de pagamento e recibos salariais, relativos ao período de execução da obra, constante da medição (para todos os pagamentos);

3.2.2.4) Cartões de ponto, relativos ao período de execução da obra, constante da medição (para todos os pagamentos).

3.2.2.5) ART ou RRT de execução do objeto deste Contrato (para o 1º pagamento);

3.2.3) Juntamente com o requerimento de pagamento deverá ser apresentada cópia do Livro de Ordem, devidamente conferido e aprovado pela fiscalização, juntamente da planilha de medição que deverão ser enviadas ao e-mail: [smo@uberlandia.mg.gov.br](mailto:smo@uberlandia.mg.gov.br).

3.2.4) A manutenção do Diário de Obras deverá ser feita nos moldes do Livro de Ordem instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017, contendo a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou serviço e registrando, obrigatoriamente, os elementos definidos no art. 4º da referida resolução.

3.3) Deverão ser apresentados também, os documentos que comprovem a regularidade da empresa, sendo eles:

3.3.1) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, inclusive a Certidão Negativa de Débitos Quanto à Dívida Ativa da União;

3.3.2) Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade Fiscal CRF), demonstrando situação regular no cumprimento dos

FRN - Elaboração de Projetos e Laudos Hospital Municipal







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

encargos sociais instituídos por lei;

3.3.3) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, ou equivalente legal, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis Trabalhistas (Art. 3º da Lei Federal 12.440/2011).

3.4) No caso de eventual erro nos documentos apresentados pela Contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

3.5) Em nenhuma hipótese a devolução dos documentos, para correção, será considerado motivo para suspensão da execução do objeto do Contrato.

3.6) Em caso de rejeição de parte dos documentos apresentados pela Contratada, será observado o seguinte procedimento:

3.6.1) A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal;

3.6.2) A parcela eventualmente rejeitada, deverá ser devolvida para correção e reapresentação.

3.7) O empenho para pagamento será sempre emitido pelo Contratante para o CNPJ e endereço fornecidos na documentação de Habilitação e Proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos, exceto no interesse da administração, através de aditivo contratual, respeitando-se as exigências de apresentação de todas as certidões de quitação fiscal e trabalhista para todos os CNPJ envolvidos até o final da execução contratual, incluindo eventuais aditamentos de prazo.

3.8) Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que se efetivem as correções necessárias. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, o que não acarretará qualquer ônus para o Município de Uberlândia.

#### CLÁUSULA IV – DO PRAZO

4.1) O prazo de vigência do presente Contrato será de \_\_\_\_\_, contados a partir da sua assinatura.

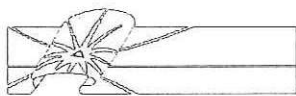
4.2) Após a assinatura deste instrumento, a Secretaria Municipal de Obras emitirá a Ordem de Serviço que definirá o início dos trabalhos, o que será considerado, para fins de contagem de tempo, como a data inicial do prazo de execução dos serviços, que será de \_\_\_\_\_.

#### CLÁUSULA V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes com a presente Licitação correrão à

FRN - Elaboração de Projetos e Laudos Hospital Municipal





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPkt0>

conta dos recursos oriundos da seguinte dotação orçamentária e correspondente rubrica:

09.10.302.1002.3.019.33.90.39.09.02 Fonte 154 Ficha 14987 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Nacional - COVID-19

## CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

### 6.1) DO CONTRATANTE:

6.1.1) Fornecer à Contratada, a matrícula do imóvel e a Restrição Urbanística para a emissão, pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, dos alvarás de reforma e de construção, quando cabível;

6.1.2) assegurar à Contratada o acesso, em condições satisfatórias, às áreas necessárias ao cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.3) indicar os servidores responsáveis pela fiscalização da execução do Contrato;

6.1.4) remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória;

6.1.5) acompanhar e fiscalizar, por um representante da Administração especialmente designado, a execução dos serviços e liberar a medição;

6.1.6) paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados;

6.1.7) efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste Contrato;

6.1.8) sustar o pagamento da fatura no caso de inobservância de qualquer exigência.

### 6.2) DA CONTRATADA:

6.2.1) Executar integralmente o objeto do Contrato, tal como especificado no Edital e em seus Anexos;

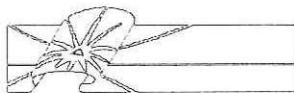
6.2.2) Registrar o contrato no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo e recolher as respectivas ART's ou RRT's;

6.2.3) Apresentar ART's ou RRT's de projeto e de execução, inclusive os complementares, quando da responsabilidade da contratada;

6.2.4) Cumprir às determinações da fiscalização;



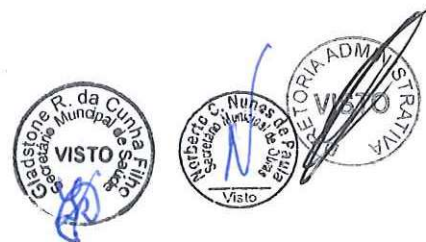




Prefeitura de Uberlândia

Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

- 6.2.5) Coordenar e providenciar as ações entre os diversos órgãos envolvidos (CEMIG, DMAE e outros) na hipótese de surgimento de interferências na execução dos serviços e para a entrega definitiva do objeto;
- 6.2.6) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.2.7) Executar os serviços em conformidade com a planilha, obedecendo às normas da ABNT, conforme Memorial Descritivo/Especificações técnicas;
- 6.2.8) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.2.9) Conduzir os trabalhos com técnica, observando rigorosamente a legislação vigente;
- 6.2.10) Fornecer a mão de obra, os materiais de qualidade e os equipamentos em excelente estado, necessários ao pleno desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados;
- 6.2.11) Indicar o funcionário responsável pela supervisão da execução dos serviços;
- 6.2.12) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre o objeto contratado;
- 6.2.13) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação, inclusive todas as obrigações contidas no art. 147 da IN nº 971/2009 do INSS;
- 6.2.14) Comprovar, mensalmente, o recolhimento de todos os encargos previdenciários relativos à execução do objeto do Contrato;
- 6.2.15) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço conforme descrito no instrumento contratual;
- 6.2.16) Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 6.2.17) Instruir os empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 6.2.18) Transportar os materiais, equipamentos e trabalhadores ao local de execução dos serviços;
- 6.2.19) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou que se mostrarem impróprios ao uso por má qualidade dos materiais empregados;





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

6.2.20) Refazer, às suas expensas, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os serviços que, a juízo da fiscalização, se mostrarem insatisfatórios ou defeituosos;

6.2.21) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, inclusive em caso de eventual infração aos direitos de propriedade industrial de terceiros;

6.2.22) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, inclusive seus bens, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

6.2.23) A manutenção do Livro de Ordem deverá ser feita nos moldes instituídos pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017, contendo a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou serviço e registrando, obrigatoriamente, os elementos definidos no art. 4º da referida resolução.

6.2.24) Juntamente com o requerimento de pagamento deverá ser apresentada cópia do Livro de Ordem, devidamente conferido e aprovado pela fiscalização, juntamente da planilha de medição que deverão ser enviadas ao e-mail: e [smo@uberlandia.mg.gov.br](mailto:smo@uberlandia.mg.gov.br).

6.2.24) Permitir e facilitar a inspeção dos serviços à fiscalização, prestando todas as informações e esclarecimentos pertinentes;

6.2.25) A contratada se compromete que a prestação de seus serviços será realizada em conformidade com as determinações da Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Obras e/ou do órgão diretamente responsável pela Fiscalização.

6.2.26) A inadimplência da Contratada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

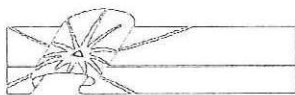
**Parágrafo único-** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## CLÁUSULA VII – MODIFICAÇÕES E ADITAMENTOS

Qualquer modificação de forma, qualidade ou quantidade (supressões ou acréscimos), bem como alteração de prazo de execução do objeto, poderá ser determinado pelo Contratante, através de aditamento a este instrumento contratual, atendendo ao disposto nos artigos 57, 58 e/ou 65 da Lei







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

Federal nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA VIII – DOS REAJUSTES

8.1) Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno de 01 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas de preços, adotando-se o INCC-DI – Índice Nacional de Construção Civil, pela variação relativa ao período de 01 (um) ano.

8.1.1) A data limite para apresentação das propostas de preços servirá como data-base para reajuste.

8.1.1.1) Havendo posterior solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, decorrente de fatos imprevisíveis, desde que haja seu deferimento, ocorrerá a modificação da data-base do item 8.1.1, passando a mesma a coincidir com a data de solicitação do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustes anuais serão considerados a partir de então.

8.1.2) O reajustamento será de periodicidade anual e os efeitos financeiros serão devidos a partir da solicitação da CONTRATADA.

8.1.3) Na hipótese de o prazo de execução dos serviços exceder ao período de execução contratualmente previsto, o reajuste de preços será cabível tão somente se esse atraso não for atribuído à CONTRATADA.

8.1.4) O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data em que for feita a prorrogação contratual subsequente ao advento de data base ensejadora de reajustamento, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

8.1.4.1) Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro dos prazos acima fixados, ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento.

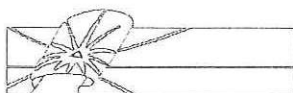
## CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1) Sem prejuízo da aplicação do disposto na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/1993, a contratada/licitante estão sujeitos às penalidades previstas no artigo 3º do Decreto Municipal nº 18.198/2019, aplicadas na forma do artigo 31 e seguintes do mesmo diploma normativo.

9.2) Na aplicação das penalidades, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade; a natureza e a gravidade da infração cometida; os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários; a vantagem auferida em virtude da infração; as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

9.3) A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 34 do mesmo Decreto.

9.4)- A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras penalidades administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

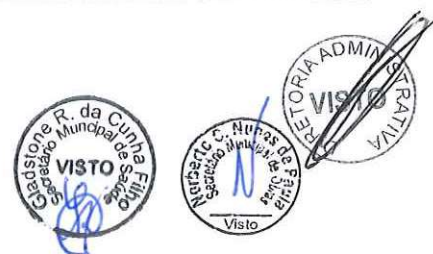
9.5) Além das multas supracitadas, poderão ser aplicadas outras multas cumulativamente, segundo os graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo, além das previstas no Decreto Municipal 18.198 de 1º de agosto de 2019:

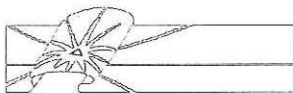
**TABELA 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 600,00
2	R\$ 1.000,00
3	R\$ 1.400,00
4	R\$ 1.800,00
5	R\$ 10.000,00
6	R\$ 20.000,00

**TABELA 2**

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir a presença de empregado sem uniforme; por empregado e por ocorrência.	01
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
03	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
04	Fornecer informação pífida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0t>

05	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência.	03
06	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais ; por dia e por tarefa designada.	03
07	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03
08	Destruir ou danificar os documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência,	03
09	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais ou descumprimento de segurança do trabalho; por ocorrência.	06

Para os itens a seguir, deixar de:

12	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços para início da execução destes nos prazos de até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço; por dia de atraso	01
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
14	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
17	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
18	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

20	Deixar de fornecer regularmente os ensaios tecnológicos contratuais ou especificados pela fiscalização; por ocorrência.	03
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Indicar, manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no edital e em seus anexos; por dia.	04
23	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, tíquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

9.6 A aplicação das penalidades previstas neste contrato não prejudicará a aplicação de outras penas previstas na lei ou em regulamento, especialmente a de rescisão do contrato, bem como a responsabilidade administrativa, cível ou criminal que no caso couber.

## CLÁUSULA X – DA FISCALIZAÇÃO

11.1) Os serviços serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Obras, sendo que o Recebimento Provisório das obras será processado, mediante termo circunstanciado, assinado pela partes, em até 15 (quinze) dias da data da comunicação escrita da Contratada.

11.2) O Recebimento Definitivo será processado pela Secretaria Municipal de Obras, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após transcorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) dias da emissão do Termo Provisório e da observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no Art. 69 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.3) Ficam ressalvados ainda os direitos do Contratante contidos no Art. 618 Código Civil Brasileiro vigente;

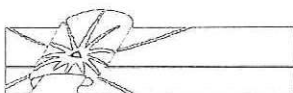
11.3.1) Os recebimentos, provisório e definitivo, não poderão ser feitos parcialmente.

11.4) A Contratada será responsável, até o recebimento definitivo, pela manutenção dos serviços já recebidos, pelo Contratante, em caráter provisório.

## CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk40>

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido, uni ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por parte do Contratante, atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência dos motivos elencados no Art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

## CLÁUSULA XII – CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas eventuais na aplicação deste contrato, serão resolvidos com base na Lei Federal 8.666/1993, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça, aqui, menção expressa.

## CLÁUSULA XIII – DO FORO

As partes elegem o foro desta cidade de Uberlândia-MG, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento contratual, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas nomeadas abaixo e a todos presentes.

Uberlândia-MG,      de      de





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPkt0>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO II – PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO**

**CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO  
ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA  
GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA**



Data: 18/11/2020

Lote	Item	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Total
Único	1	Unid.	1	7.183,40	7.183,40
	2	Unid.	1	38.257,09	38.257,09
	3	Unid.	1	2.947,68	2.947,68
	4	Unid.	1	8.723,84	8.723,84
	5	Unid.	1	17.518,50	17.518,50
	6	Unid.	1	5.382,00	5.382,00
	7	Unid.	1	2.527,20	2.527,20
Total					82.539,71

*Jorge José de Faria Neto*  
Jorge José de Faria Neto  
Engenheiro Eletricista - CREA Nº 86.909/D







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPkt0>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS  
COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA  
CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161,  
BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA



Data:

Lote	Item			Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Total
Único	1	Projetos de Layout			Unid.	1	
	2	Projeto Executivo de Instalações Elétricas			Unid.	1	
	3	Projeto Executivo de SPDA			Unid.	1	
	4	Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio			Unid.	1	
	5	Compatibilização de Projetos com área até 10.000 m²			Unid.	1	
	6	Vistorias, Testes e Elaboração de laudo completo das instalações elétricas, contemplando relatórios termográficos de todos os painéis elétricos da instalação – Engenheiro Sênior com encargos complementares			Unid.	1	
	7	Técnico de Nível Médio para acompanhamento nas vistorias dos encaminhamentos, painéis, vistorias e laudos – Técnico em eletricidade.			Unid.	1	
Total							





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DEMONSTRATIVA DO BDI**

O BDI da Licitante deverá ser apresentado com o valor total e será decomposto, no mínimo, com o nível de detalhamento solicitado no modelo a seguir, que é meramente orientativo, ficando as licitantes com liberdade para alterá-lo, a seu critério.

**COMPOSIÇÃO DE BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS)**

01- DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	
02- IMPOSTOS E TAXAS:	
a) ISS .....	
b) PIS .....	
c) COFINS .....	
03- DESPESAS FINANCEIRAS.....	
04- SEGURO E GARANTIA	
05- LUCRO .....	
06 - RISCOS .....	
<b>BDI &gt;&gt;&gt;&gt;</b>	

\* OBS.: Os percentuais relativos ao Imposto de Renda (IR) e à Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSSL) não deverão ser considerados.

\*\* Atenção às regras constantes do Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União.  
Percentual por extenso:

<u>Fórmula para cálculo do BDI:</u>	onde: AC = Administração Central
	S = Seguro e Garantia
	R = Risco
	DF = Despesas Financeiras
	L = Lucro
	I = Impostos e taxas
$BDI = \frac{(1+AC+S+R)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$	

....., ..... de ..... de .....

a) \_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da proponente)







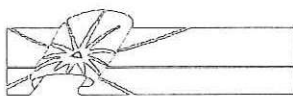
Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO V – MODELO DE PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS**

GRUPO A - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		%
A .01	INSS - Artigo 22 Inciso I Lei Federal 8.212/91	
A .02	FGTS - Artigo 15 Lei Federal 8030/90 e Art. 7º Inciso III CF/88	
A .03	SESI / SESC - Artigo 3º Lei Federal 8.036/90	
A .04	SENAI / SENAC - Decreto Federal 2.318/86	
A .05	INCRA - Lei Federal 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70	
A .06	Riscos Ambientais do Trabalho	
SUBTOTAL GRUPO A		
GRUPO B - ENCARGOS QUE RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO A		
B .01	13º salário	
B .02	Férias (incluindo 1/3 constitucional)	
B .03	Aviso Prévio Trabalhado	
B .04	Auxílio doença	
B .05	Acidente de Trabalho	
B .06	Faltas legais	
B .07	Licença paternidade/maternidade	
SUBTOTAL GRUPO B		
GRUPO C - ENCARGOS QUE NÃO RECEBEM A INCIDÊNCIA DO GRUPO B		
C .01	Aviso prévio indenizado	
C .02	Indenização adicional	
C .03	Indenização (rescisão sem justa causa - multa de 40% do FGTS - em relação a 100% dos empregados inicialmente contratados)	
SUBTOTAL GRUPO C		
GRUPO D - INCIDÊNCIA DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B		
D.01	Incidência dos encargos do grupo "A" sobre os itens do grupo "B"	
SUBTOTAL GRUPO D		
GRUPO E - INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZ.		
E.01	Incidência do FGTS exclusivamente sobre o aviso prévio indenizado	
E.02	FGTS sobre afastamento superior 15 dias por acidente trabalho	
SUBTOTAL GRUPO E		





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO VI – MODELO DE CORRESPONDÊNCIA DE**  
**CADASTRAMENTO BANCÁRIO**  
(utilizar papel timbrado)

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
NÚCLEO DE TESOUREARIA

Ass.: Cadastro de Conta Bancária

Prezados Senhores:

Pela presente, na qualidade de vencedores da Licitação nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ e para fins de recebimentos dos pagamentos decorrentes, solicitamos o cadastramento dos dados bancários de nossa empresa, conforme a seguir:

EMPRESA: .....  
CNPJ: .....  
BANCO: .....  
AGÊNCIA: .....  
CONTA: .....

Atenciosamente,

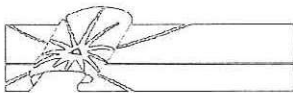
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Diretor / Gerente Financeiro e carimbo de CNPJ da empresa)

-----  
Pelo Núcleo de Tesouraria da Sec. Mun. de Finanças – PMU:

Recebido em : \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Por : \_\_\_\_\_





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk40>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_,  
portador da RG \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº  
\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro  
de 2006 e alteração posterior, sob as Sanções Administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que  
esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) Microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e  
alteração posterior.

( ) Empresa de Pequeno Porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de  
14/12/2006 e alteração posterior.

(local e data)

\_\_\_\_\_  
Representante legal

OBS:

1) Assinar com um "X" a condição da empresa.

2) Esta declaração deverá ser entregue ao pregoeiro ou à comissão permanente de licitações, após  
a abertura da sessão, antes e separadamente dos envelopes (habilitação e proposta de preços)  
exigidos na licitação, pelas empresas que pretendem se beneficiar do regime diferenciado e  
favorecido, quando for o caso, ou para aquelas que obrigatoriamente devem se enquadrar nessa  
condição para participar da licitação, previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006.







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk40>

## ANEXO VIII – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO  
ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA  
GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA

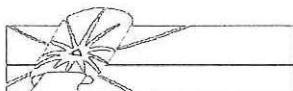


**Cronograma Físico - Financeiro**

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MÊS 1	MÊS 2	PREÇO TOTAL
1	1	Projetos de Layout	UN.		R\$ 7.183,40	R\$ 7.183,40
					100%	100,00%
	1	Projeto Executivo de Instalações Elétricas	UN.		R\$ 38.257,09	R\$ 38.257,09
					100,00%	100,00%
	1	Projeto Executivo de SPDA	UN.		R\$ 2.947,68	R\$ 2.947,68
					100%	100,00%
	1	Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio	UN.		R\$ 8.723,84	R\$ 8.723,84
					100%	100,00%
	1	Compatibilização de Projetos com área até 10.000 m²	UN.	R\$ 8.759,25	R\$ 8.759,25	R\$ 17.518,50
				50%	50%	100,00%
	1	Vistorias, Testes e Elaboração de laudo completo das instalações elétricas, contemplando relatórios termográficos de todos os painéis elétricos da instalação – Engenheiro Sênior com encargos complementares	UN.	R\$ 5.382,00		R\$ 5.382,00
				100%		100,00%
	1	Técnico de Nível Médio para acompanhamento nas vistorias dos encaminhamentos, painéis, vistorias e laudos – Técnico em eletricidade.	UN.	R\$ 2.527,20		R\$ 2.527,20
				100%		100,00%
Total dos serviços				R\$ 16.668,45	R\$ 65.871,26	R\$ 82.539,71
				20%	80%	100%

*Jorge José de Faria Neto*  
Jorge José de Faria Neto  
Engenheiro Eletricista - CREA Nº 86.909/D





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO IX - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS**

Planilha de composição de Encargos Sociais					
Encargos Sociais sobre a mão de obra					
Código	Descrição	Com desoneração		Sem desoneração	
		Horista %	Mensalista %	Horista %	Mensalista %
GRUPO A					
A1	INSS	-	-	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidente de Trabalho	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00
A9	SECONCI	1,20	1,20	1,20	1,20
TOTAL		18,00	18,00	38,00	38,00
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,76	-	17,76	-
B2	Feriados	3,68	-	3,68	-
B3	Auxílio Enfermidade	0,90	0,69	0,90	0,69
B4	13º Salário	10,87	8,33	10,87	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,06	0,07	0,06
B6	Faltas Justificadas	0,72	0,56	0,72	0,56
B7	Dias de chuva	1,06	-	1,06	-
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,09	0,12	0,09
B9	Férias Gozadas	10,58	8,12	10,58	8,12
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03	0,03	0,03
TOTAL		45,78	17,88	45,78	17,88
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,07	4,66	6,07	4,66
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14	0,11	0,14	0,11
C3	Férias Indenizadas	2,73	2,09	2,73	2,09
C4	Depósito Rescisão sem Justa Causa	3,63	2,78	3,63	2,78
C5	Indenização Adicional	0,51	0,39	0,51	0,39
TOTAL		13,08	10,03	13,08	10,03
GRUPO D					
D1	Reincidência de grupo A sobre grupo B	8,24	3,22	17,40	6,79
D2	Reincidência do grupo A sobre aviso prévio trabalhado e reincidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,51	0,39	0,54	0,41
TOTAL		8,75	3,61	17,94	7,20

FRN - Elaboração de Projetos e Laudos Hospital Municipal







Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPkt0>

TOTAL A+B+C+D		85,61	49,52	114,80	73,11
	TOTAL				

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

Fonte SINAPI:

<http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro2>

[SINAPI Calculos e Parametros 1 Edicao.pdf](#)

Data do acesso: 15/04/2020

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2020





Prefeitura de Uberlândia  
Acesso online: <http://bit.ly/2MDPk0t>

CONVITE Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**ANEXO X - PROJETOS E MEMORIAL DESCRITIVO**

Compõem este edital, projetos e memorial descritivo que serão publicados conjuntamente e devidamente assinados por engenheiro e que seguem em formato de mídia digital, quais sejam:

- Termo de Referência.



TERMO DE REFERÊNCIA

Especificação Particular

CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO  
HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) – UBERLÂNDIA/MG

Uberlândia, 18 de Novembro de 2020





## SUMÁRIO

TERMO DE REFERÊNCIA .....	1
1. DO OBJETO .....	3
2. JUSTIFICATIVAS.....	4
3. APLICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO .....	5
4. ESCOPO DE FORNECIMENTO .....	5
5. NOTAS GERAIS .....	7
6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....	8
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	8
8. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA .....	8
9. REAJUSTAMENTO .....	9
10. DO PRAZO.....	9



## 1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada nos seguintes serviços:

- Vistoriar as instalações elétricas, SPDA, prevenção e combate de incêndio;
- Elaboração dos projetos de layout, das instalações elétricas, SPDA, de prevenção e combate a incêndio, das instalações existentes;
- Apresentar laudo, informando as condições das instalações, acima mencionadas, e apresentar, caso seja necessário, as melhorias necessárias para atender as normas vigentes, e garantir a segurança dos usuários.

O OBJETO deve contemplar:

- ◆ **Projeto de layout:** deve contemplar todos os pavimentos da edificação.
- ◆ **Projeto elétrico:** deve ser dividido em:
  - Entrada de energia;
  - Subestação;
  - Diagrama unifilar de toda a instalação elétrica;
  - Diagramas elétricos de todos os quadros elétricos. Cada quadro deverá ter um projeto específico, para que seja anexado nos porta-documentos de cada painel;
  - Infraestrutura, componentes, cabeamento e circuitos elétricos das instalações elétricas, divididos por pavimentos.
- ◆ Projeto de SPDA: deve apresentar as características do sistema construído, com suas descidas e malha de aterramento;
- ◆ O projeto de prevenção e combate a incêndio deve apresentar:
  - Isométrico de toda instalação de hidrantes;
  - Folha com os detalhes das instalações de hidrantes, extintores e sinalização de emergência;
  - Instalação de prevenção e combate a incêndio por pavimento.



Por se tratar de uma instalação antiga, não existem projetos básicos. Serão disponibilizados alguns projetos arquitetônicos que poderão ser usados apenas na atualização dos projetos requeridos, porém podem estar desatualizados com o executado atual da edificação. Todos projetos devem ser elaborados através de vistoria por profissionais habilitados.

Para execução dos projetos, possivelmente, será necessário a inspeção das instalações em áreas sobre forro de gesso, lajes e alçapões; portanto deve ser considerado nos custos da empresa, os possíveis nas reparos de instalações para as condições anteriores.

Nos laudos apresentados das instalações, **devem ser considerados relatórios termográficos de todos os quadros elétricos.**

A empresa deve entregar cada projeto, cópias físicas e em mídia digital com arquivos em .pdf e .dwg, anotação de responsabilidade técnica quitada e deve validá-lo em conformidade com as melhores práticas e normas vigentes que tratam do assunto. Por tratar de uma edificação já existente, os projetos devem apresentar as reais características da edificação.

## 2. JUSTIFICATIVAS

### 2.1. Da Contratação

O hospital Santa Catarina foi interditado e fechado em 2016 após serem detectadas irregularidades. Desde então, os proprietários enfrentam ações na Justiça, com dívidas trabalhistas e tributárias. No início da pandemia do Corona Vírus (Covid-19), a edificação foi adaptada e reestruturada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, com características de Hospital de Campanha para receber pacientes com coronavírus. O antigo Hospital Santa Catarina foi desapropriado e assumido pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Uberlândia.

Devido as instalações do hospital estarem anteriormente abandonadas, o Município de Uberlândia fez reparos e melhorias nas mesmas. Porém não foram encontrados os projetos das instalações. Para verificar as reais condições das instalações da edificação, será necessário uma vistoria, efetuada por profissionais capacitados. Será apresentado após a vistoria, um laudo com as reais condições das instalações elétricas, de prevenção e combate a incêndio, e caso seja necessário,



FL.:4/9





apresentando melhorias necessárias para atender as normas vigentes, e garantir a segurança dos usuários.

Será necessário a elaboração dos projetos de layout, instalações elétricas, SPDA, prevenção e combate a incêndio. Esse serviço é necessário para ajudar nos serviços de manutenção da edificação.

## **2.2. Da Modalidade e do Preço**

A contratação ocorrerá por Convite, baseada na Lei nº 8.666/93 e conforme Decreto nº 9.412 de Junho de 2018, que altera os valores limites para cada modalidade de contratação.

Para a formação do preço, foram utilizadas ou propostas de empresas do ramo ou referências públicas para execução de orçamentos. O preço máximo para a contratação é o indicado conforme planilha em anexo (ANEXO 1).

## **3. APLICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

A empresa contratada efetuará os serviços no Anexo Hospital Municipal de Uberlândia – Santa Catarina, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 161, Bairro Centro, Uberlândia/MG.

## **4. ESCOPO DE FORNECIMENTO**

4.1. O escopo dos serviços contempla a execução dos serviços contratados e participação em reuniões, se necessário. A Contratada deverá prontamente responder a todos os questionamentos feitos pela SECRETARIA DE OBRAS através de mensagens eletrônicas ou via telefone.

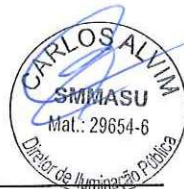
4.2. Os serviços a serem executados, objetos da presente contratação, deverão obedecer rigorosamente às normas abaixo, entre outras a serem indicadas especificamente para cada serviço, a critério exclusivo da SECRETARIA DE OBRAS:

- Às normas e especificações constantes deste termo;
- Às normas da ABNT;



*[Handwritten signature]*

FL.:5/9



- Às disposições legais da União, Governo do Estado de Minas Gerais e da prefeitura municipal de Uberlândia;
- Às prescrições e recomendações de fabricantes dos produtos;
- Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.
- Normas de Segurança do Trabalho.

4.3. Considerar-se-á, inapelavelmente, os serviços como altamente especializada nos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados, nos preços unitários ou no BDI proposto, todos os custos diretos e indiretos, treinamentos, reciclagens, tributos, tarifas, encargos sociais, emissão de ART's, etc., necessários à completa e correta execução dos serviços. Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários sob alegações tais como dados incompletos ou insuficientemente detalhados, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de serviços especificados no prazo, entre outros.

4.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as quaisquer questões relacionadas aos serviços prestados.

## 5. NOTAS GERAIS

5.1. A Contratada deverá colocar à disposição um responsável técnico devidamente registrado no órgão competente, para atendimento às solicitações encaminhadas pela SECRETARIA DE OBRAS;

5.2. A contratada deverá cumprir disposições regulamentares e normas técnicas concernentes à execução dos serviços e responderá civil, criminal e administrativamente por todos os danos e prejuízos causados à Contratante, aos usuários ou a terceiros;

5.3. Só serão consideradas para pagamento as quantidades de serviço de fato realizadas pela CONTRATADA, devendo haver comprovação através das medições, com assinaturas do fiscal responsável;

5.4. Os pagamentos serão feitos ao término do serviço, desde que atendidos todos os critérios definidos nas Especificações Técnicas.



FL.:6/9





- 5.5. Após assinatura do contrato, será expedida pela SECRETARIA DE OBRAS, a competente Ordem de Serviços, conforme necessidade da SECRETARIA DE OBRAS.
- 5.6. De posse da Ordem de Serviço, poderá ser requerido da Contratada através do Gestor do Contrato, a apresentação nos períodos mencionados de toda a documentação constante no Rol de Documentos dos Empregados, exceto as que não forem compatíveis com o objeto licitado.
- 5.7. A CONTRATADA deverá manter acessível a SECRETARIA DE OBRAS o contato com o Engenheiro Responsável Técnico (R.T.) pelo Contrato. Sempre que a fiscalização necessitar comunicar-se com o Engenheiro R.T. e este estiver injustificadamente ausente os serviços poderão ser paralisados.
- 5.8. Não serão consideradas as despesas com alimentação, veículos e hospedagens, sendo essas despesas responsabilidade da Contratada.
- 5.9. A Contratada deverá observar a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que determina obrigações no campo quanto à segurança, higiene e medicina do trabalho.
- 5.10. A Contratada será responsável quanto ao uso obrigatório e correto pelos seus empregados dos EPI'S (equipamentos de proteção individual) de acordo com as normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, caso necessário.

## 6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os projetos deverão obedecer às normas técnicas vigentes.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O contrato será medido através de medições mensais realizadas pela contratada e com anuência da equipe de Gestão do Contrato.

O faturamento será mensal, com base nos serviços executados e aceitos, no período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês. Serão deduzidas do faturamento mensal, as



FL.:7/9





eventuais penalidades aplicadas no período, por cláusulas não cumpridas e previstas no presente instrumento.

A Contratada deverá apresentar para a SECRETARIA DE OBRAS, um boletim de medição mensal e os demonstrativos de mão de obra gastas no mês.

## 8. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Serão considerados como referência para este Termo, a planilha com quantitativo e referências SETOP.

## 9. REAJUSTAMENTO

A vigência do contrato é de 60 (sessenta) dias, portanto o mesmo não será reajustado.

## 10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O Prazo de vigência será de 6 meses a partir da assinatura do contrato e o prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias contados da emissão da necessária Ordem de Serviço que define o seu início.

  
Jorge J. F. Neto  
CREA/MG 86.909/D

JORGE JOSÉ DE FARIA NETO  
Assessor Técnico de Iluminação Pública



FL.:8/9





## JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIO

### EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA

Esta licitação selecionará e contratará empresa para VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA. O valor orçado para o referido serviço é de R\$ 82.539,71 (Oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos).

Os serviços serão contratados sob regime de empreitada total por preço unitário.

O art. 33 da Lei Federal 8.666/1993 preconiza que “*Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas (...)*”.

Note-se que a admissão ou veto da participação de empresas em consórcio em certame licitatório confere discricionariedade ao ente administrativo, uma vez que o artigo em questão traz a expressão “*Quando permitida*”, cabendo na análise do caso concreto a permissão ou não de tal condição no instrumento convocatório.

Temos que o Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO<sup>1</sup> leciona que:

*“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição de empresários. No -campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.*

*Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a vida adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.*

*É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das*

<sup>1</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª ed. 2009, pág. 47





*circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher a condições especiais exigidas para a licitação”.*

Não há dúvidas que a admissão ou não de participação de empresas em consórcio é ato discricionário da Administração Pública.

A respeito da participação de consórcios, a jurisprudências do Tribunal de Contas da União tem assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. *Verbis:*

*(...) Ademais, a participação de consórcios em torneios licitatórios não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão n. 2.813/2004 - 1ª Câmara (...) O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é prática comum a não aceitação de consórcios.”*

*(Acórdão n.º 1946/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcos Bemquerer)*

*A aceitação de consórcios na disputa licitatório situa-se no âmbito o poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei 8.666/93 (...)*

*(Acórdão n.º 566/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcus Vinícius Vilaça)*

A permissão para participação deste certame de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

Temos que a limitação da participação dos consórcios no procedimento licitatório visa proteger o objeto de execução da mesma. Conforme se vislumbra trata-se de objeto primordial para os municípios de Uberlândia, não havendo comprovação de que a inclusão do consórcio de empresas iria aumentar a competitividade.

Ademais, não foi permitida a participação de empresas organizadas em consórcio neste certame, pois esta determinação respeita e legítima a forma como o mercado está organizado, evitando que empresas que não possuem capacidade, experiência ou competência participem do processo licitatório.

Ainda, no mesmo sentido, julgados recentes do Douto Tribunal de Contas da União:

*Representação com pedido de cautelar. Possíveis irregularidades em licitação para construção, recuperação e alargamento de pontes rodoviárias na BR*





*429/RO. Acatamento das justificativas apresentadas pelo DNIT. Indeferimento da cautelar. Necessidade de apresentação de justificativas técnicas e econômicas mais robustas quando da inadmissão de consórcio de empresa. Procedência parcial. Ciência à autarquia. (Plenário, rel. Min. Ana Arraes, DOU 17.10.2012)*

Consoante o voto da Ministra Relatora:

*“A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas e licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada”.*

Indicou-se ainda, que, *“Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa não é obrigatória”.*

Outrossim, a Advocacia Geral da União quando elaborou o Manual de Obras e Serviços de Engenharia – Fundamentos da Licitação elaborado pelo Advogado da União Manoel Paz e Silva Filho expressou acerca da possibilidade de utilização de consórcio em licitações, citamos,

*“... a finalidade pública da ampliação do caráter competitivo do certame com a manutenção dos benefícios da economia de escala seria atingido por meio da participação de empresas em consórcio, deve-se atentar para o fato de que o consórcio é destinado a empreendimento de grandes proporções nos quais os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira podem ser somados por empresas consorciadas a fim de ampliar o caráter competitivo do certame.*

...

#### *1.7 – Grande Vulto*

*É a denominação dada às obras, serviços e compras de valor superior a R\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), que corresponde a vinte e cinco vezes o valor inicial de referência para a modalidade concorrência em obras e serviços de engenharia (art. 23, I, c da Lei n. 8.666), nos termos em que é definido pelo art. 6º, V da Lei n. 8.666/93.”*

Por fim, considerando que no universo das empresas municipais, regionais e nacionais existem diversas empresas com capacidade para executar os serviços objeto deste Edital, este Município decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

Conclui-se que, em havendo uma grande gama de empresas capacitadas para execução do objeto do processo licitatório; não se tratando de processo licitatório que envolva várias especialidades, e, por fim, a discricionariedade do ente administrativo em analisar o caso concreto afastando os riscos inerentes à finalização do processo licitatório e impedindo a diminuição da competitividade do presente certame, apresentamos a presente justificativa para cláusula de vedação da participação de empresas reunidas em consórcios no edital do tipo menor preço global,





visando à seleção e contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para **execução das obras**, promovido pelo Município de Uberlândia.

Uberlândia-MG, 06 de janeiro de 2021

GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO  
Secretário Municipal de Saúde

NORBERTO CARLOS NUNES DE PAULA  
Secretário Municipal de Obras





## JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Art. 30 da lei 8.666/93

### EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

### CONTRATAÇÃO DE VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA

Esta licitação selecionará e contratará empresa para **VISTORIA, LAUDO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO ANEXO HOSPITAL MUNICIPAL (SANTA CATARINA) LOCALIZADO NA AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 161, BAIRRO CENTRO EM UBERLÂNDIA**. O valor orçado para o referido serviço é de **R\$ 82.539,71** (Oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos).

Os serviços serão contratados sob regime de empreitada total por preço unitário.

Cabe ao Poder Público, na condição de gestor do dinheiro público, adotar medidas e critérios objetivos com o fim de assegurar que suas contratações ocorram com empresas que tenham condições de honrar, satisfatoriamente, sob o ponto de vista técnico, seus contratos com a Administração, evitando, assim, desperdícios e ônus adicionais inconvenientes e desnecessários.

Portanto, é cabível a exigência de qualificação técnico-operacional mínima aos pretensos interessados na qualificação, desde que razoável em relação ao objeto pretendido, afastando, dessa maneira, aqueles sem as condições necessárias ao desempenho do serviço requerido pela Administração, o que, em tese, previne a descontinuidade do serviço público.

Sobre a questão, interessante transcrever a lição de Marçal Justen Filho:

*A legislação vigente não proíbe as exigências de qualificação técnica, mas reprime exigências desnecessárias ou meramente formais. A Administração não tem liberdade para impor exigências quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento. Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas.(...).” (…)*

Desse modo, a simples inclusão de exigência editalícia de comprovação de capacitação técnico-operacional não fere o caráter de competição do procedimento licitatório, nem causa afronta ao disposto no art. 30, inciso II e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. Extrai-se do citado acórdão que é cabível a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional mediante atestados, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de exigência de **quantitativos mínimos** e prazos máximos para







essa comprovação, desde que demonstrada sua adequação e pertinência em relação ao objeto licitado.

Com efeito, a exigência de qualificação técnica, como requisito de habilitação das empresas licitantes, desde que **tecnicamente justificada**, pressupõe medida acautelatória adotada pela Administração com vistas à garantia mínima de que os contratantes cumprirão suas obrigações a contento, não constituindo, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo das licitações.

Destarte, as exigências são solicitadas neste edital não são desarrazoadas, a ponto de cercear a participação de possíveis interessados, e guardam relação com as necessidades estritamente ligadas ao objeto da licitação. Portanto, tais imposições são admitidas, e são pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, assim, a Administração vem através desta justificativa, demonstrar de forma inequívoca, expressa e pública, que segundo razões técnicas é que foram devidamente fixados quantitativos mínimos como itens de relevância para apresentação de atestado técnico por experiência de desempenho na atividade, tendo em vista a necessidade dessa experiência na execução dos serviços é de suma importância, pois além de resguardar a Administração quanto a capacidade de execução de tal objeto, como já citado, também garante que o método utilizado na execução do mesmo é o mais adequado, evitando transtornos, falhas, atrasos e outros percalços que possam comprometer a execução correta do objeto do referido edital.

Conclui-se portanto que podem ser estabelecidos quantitativos mínimos nos atestados de capacidade técnico-operacional, e neste caso concreto, as exigências estabelecidas, não são excessivas e são pertinentes e necessárias para que a Administração tenha as garantias necessárias que aquela empresa possui as condições técnicas para a boa execução dos serviços, o que vai em consonância com a Decisão 1618/2002 Plenário (Voto do Ministro Relator).

Assim, justificam-se as exigências requeridas quanto à qualificação técnica, exigida na cláusula 5.3 das licitantes no presente certame.

Uberlândia-MG, 06 de janeiro de 2021

  
NORBERTO CARLOS NUNES DE PAULA  
Secretário Municipal de Obras



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART  
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

**CREA-MG****Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais****ART de Obra ou Serviço**  
**14202000000006429600**

Situação da ART em 10/12/2020: Cadastrada

**1. Responsável Técnico****JORGE JOSE DE FARIA NETO**Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**RNP: **1400060524**Registro: **MG-86909/D**

Empresa contratada:

Registro:

**2. Dados do Contrato**Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**CPF/CNPJ: **18.431.312/0001-15**Logradouro: **AVENIDA ANSELMO ALVES DOS SANTOS**Número: **600**

Complemento:

Bairro: **SEGISMUNDO PEREIRA**Cidade: **UBERLÂNDIA**UF: **MG**CEP: **38408-150**Contrato: **celebrado em**Valor: **R\$ 1,00**Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**Ação Institucional: **ÓRGÃO PÚBLICO****3. Dados da Obra/Serviço**Logradouro: **AVENIDA GETÚLIO VARGAS**Número: **161**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **UBERLÂNDIA**UF: **MG**CEP: **38400-299**Data de Início: **01/11/2020**Previsão de término: **20/11/2020**

Data de Conclusão:

Valor da Obra: **R\$ 82.539,71**Finalidade: **INFRAESTRUTURA**Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**CNPJ: **18.431.312/0001-15****4. Atividade Técnica**

	Quantidade	Unidade
ELABORAÇÃO ORÇAMENTO GERAÇÃO, TRANSE, TRANSMISSÃO E UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SIST. DISTRIB. ENERGIA ELÉTRICA	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART


**5. Observações****ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO E TERMO DE REFERÊNCIA****7. Entidade de classe****ASS.ENG.ARQ.AGRON. UBERLANDIA****9. Informações**Área de Atuação: **ELETRICO;**


INSTRUÇÕES:

ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-86909/DTIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 1420200000006429600ATENCAO: NAO RECEBER  
APOS A DATA DE VENCIMENTO.1A VIA

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Física.

Clique aqui e pague este boleto através do Auto Atendimento Pessoa Jurídica.

					001-9	00190.00009 02832.133009 06144.216170 8 84740000008878				
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço										
JORGE JOSE DE FARIA NETO CPF/CNPJ: 986.744.126-53										
RUA VIENA 847 - CASA - TIBERY, UBERLANDIA -MG CEP:38405086										
Sacador/Avallista										
Nosso Número		Nr. Documento		Data de Vencimento		Valor do Documento		(-) Valor Pago		
28321330006144216		28321330006144216		19/12/2020		88,78				
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço										
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONO CPF/CNPJ: 17.254.509/0001-63										
AV ALVARES CABRAL 1600 S/C, BELO HORIZONTE - MG CEP: 30170917										
Agência/Código do Beneficiário						Autenticação Mecânica				
3394-4 / 5780-0										

					001-9	00190.00009 02832.133009 06144.216170 8 84740000008878				
Local de Pagamento										
PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO										
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ										
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONO CPF/CNPJ: 17.254.509/0001-63										
Data do Documento		Nr. Documento		Espécie DOC		Aceite		Data do Processamento		
19/11/2020		28321330006144216		DS		N		19/11/2020		
Uso do Banco		Carteira		Espécie		Quantidade		xValor		
28321330006144216		17		R\$						
Informações de Responsabilidade do Beneficiário										
ART NACIONAL: PROFISSIONAL: MG-86909/DTIPO: OBRA/SERVICO - NOVA ART - NUMERO: 1420200000006429600ATENCAO: NAO RECEBER APOS A DATA DE VENCIMENTO.1A VIA										
Data de Vencimento										
19/12/2020										
Agência/Código do Beneficiário										
3394-4 / 5780-0										
Nosso Número										
28321330006144216										
(-) Valor do Documento										
88,78										
(-) Desconto/Abatimento										
(-) Juros/Multa										
(-) Valor Cobrado										
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço										
JORGE JOSE DE FARIA NETO CPF/CNPJ: 986.744.126-53										
RUA VIENA 847 - CASA - TIBERY, UBERLANDIA-MG CEP:38405086										
Sacador/Avallista										
Código de Baixa										
Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação										





COMPOSIÇÃO DO BDI				
ÍTEM	Identificação	Mínimo	Máximo	Adotado
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,80%	4,67%	3,80%
S	SEGURO E GARANTIA	0,32%	0,74%	0,32%
R	RISCOS	0,50%	0,97%	0,86%
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1,02%	1,21%	1,21%
L I	LUCRO	6,64%	8,96%	8,20%
I	IMPOSTOS			6,15%

%	IMPOSTO
0,65%	PIS
3,00%	COFINS
2,50%	ISS
6,15%	TOTAL

*Yago José de Lencastre*  
Engenheiro Eletricista - CREA Nº 86.909/D

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 = 22,50\%$$

ADOTADO

ADOTADO=	22,50%
----------	--------



## RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 1 – Captor Franklin instalado no telhado do hospital.



Foto 2 – Captor Franklin instalado no telhado do hospital.



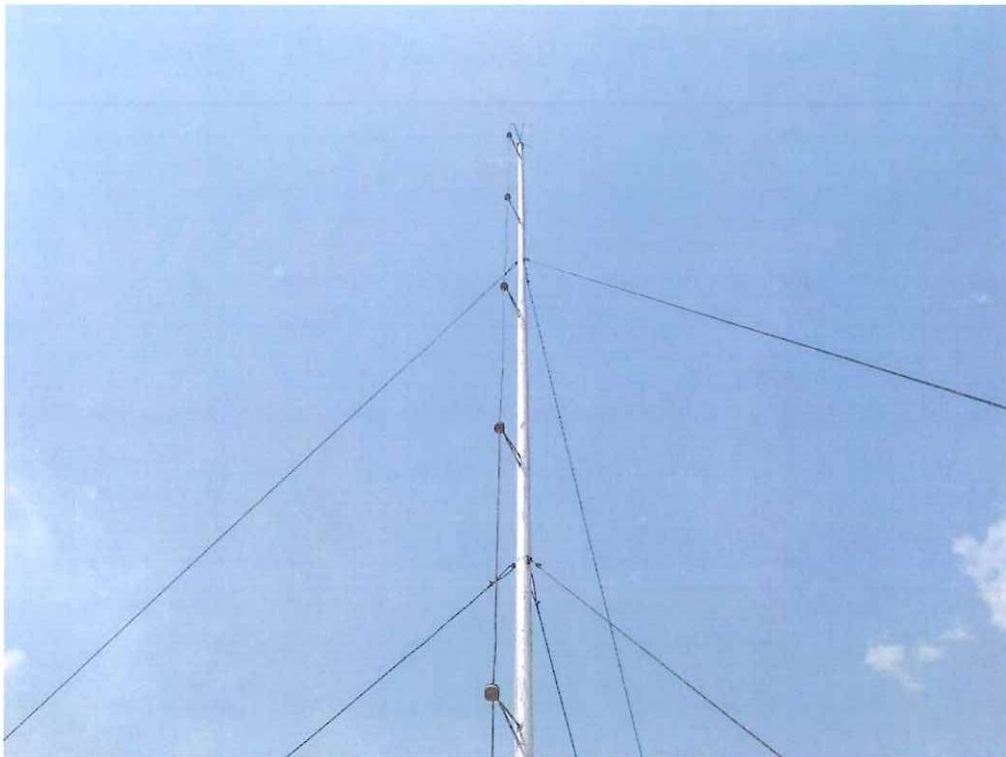


Foto 3 – Captor Franklin instalado no telhado do hospital.



Foto 4 – Descidas do SPDA do hospital.





Foto 5 – Descidas do SPDA do hospital.



Foto 6 – Descidas do SPDA do hospital.



Foto 7 – Descidas do SPDA do hospital.



Foto 8 – Descidas do SPDA do hospital

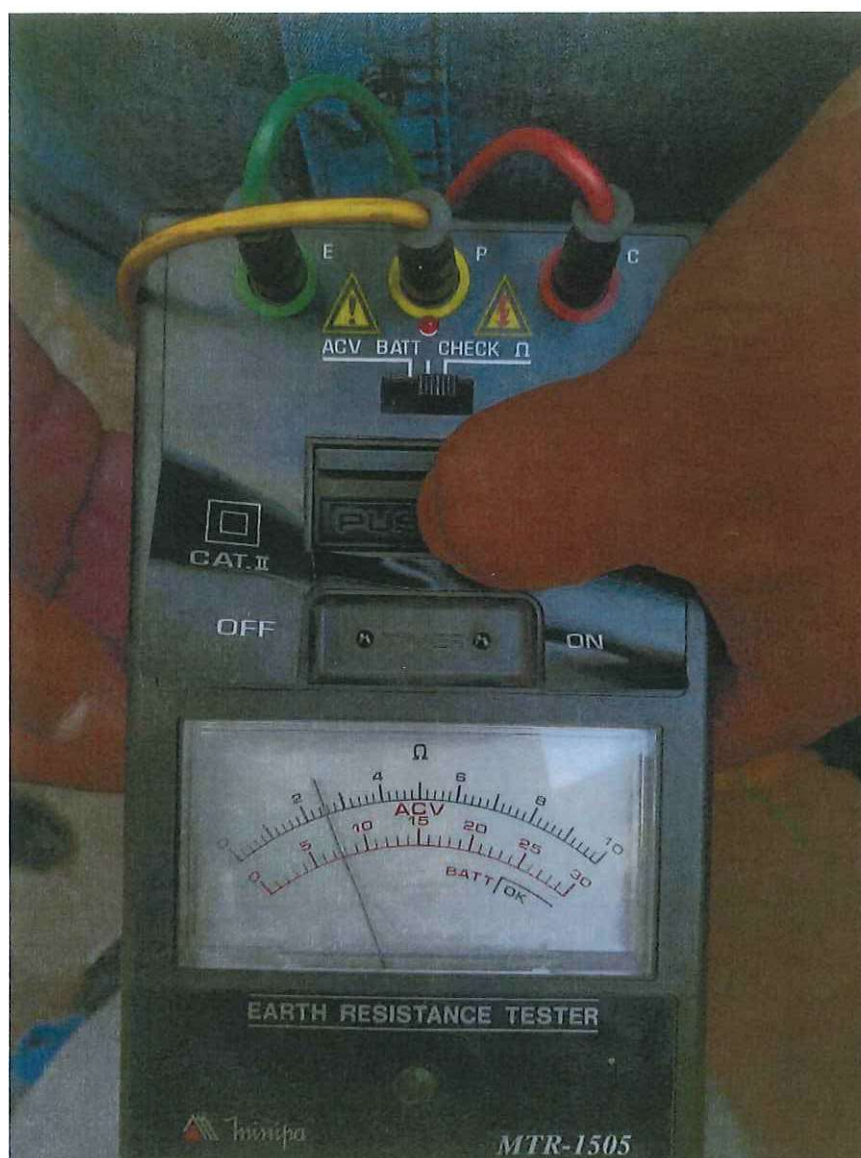


Foto 9 – Medição com Terrômetro na descida do SPDA do hospital.



BDI  
1,225

Data: 18/11/2020

Item	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário	R\$ Unitário com BDI	R\$ Total
1 Projeto de Layout	unid	10	586,40	718,34	7.183,40
2 Projeto Executivo de Instalações Elétricas	unid	29	1.076,91	1.319,21	38.257,09
3 Projeto Executivo de SPDA	unid	3	802,09	982,56	2.947,68
4 Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio	unid	8	890,19	1.090,48	8.723,84
5 Compatibilização de Projetos com área até 10.000 m²	m²	7650	1,87	2,29	17.518,50
6 Vistorias, Testes e Elaboração de laudo completo das instalações elétricas, contemplando relatórios termográficos de todos os painéis elétricos da instalação – Engenheiro Sênior com encargos complementares	H	40	109,84	134,55	5.382,00
7 Técnico de Nível Médio para acompanhamento nas vistorias dos encaminhamentos, painéis, vistorias e laudos – Técnico em eletricidade.	H	80	25,79	31,59	2.527,20
				<b>TOTAL</b>	<b>82.539,71</b>

OBS.: Foram considerados para a composição dos serviços os seguintes quantitativos (referenciais):

Item	QTD
10 fls Projetos de Layout (organização interna da edificação com separações de ambientes)	10
1 fls Entrada de Energia (ramal de entrada CEMIG)	
2 fls Subestação (interna com proteção + disjunção + 2 transformadores)	
1 fls Sala de Gerador (quadro de transferência automática + gerador 350KVA)	
1 fls Diagrama Unifilar e Trifilar (diagramas gerais da edificação com identificação de toda fiação e barramentos)	29
16 fls Quadros Elétricos (todos quadros de distribuição e cargas da edificação)	
8 fls Infraestrutura (encaminhamentos + circuitos de toda área interna e externa + detalhes)	
3 fls SPDA – Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (2 captores Franklin + gaiola + descida + malha + detalhes)	3
8 fls Prevenção e Combate a incêndio (Isométricos + Detalhes + Pavimentos)	8

Fonte: SETOP 07/2020 -  
Sem desoneração

Quantitativo	Código	Unidade	Custo
1	PROJ-EXE-255	PR A1	586,4
1	PROJ-EXE-150	PR A1	1076,91
1	PROJ-EXE-195	PR A1	802,09
1	PROJ-EXE-210	PR A1	890,19
1	PROJ-EXE-545	m²	1,87
1	CON-COR-060	H	109,84
1	VIS-CAD-030	H	25,79

*Jorge José de Faria Neto*  
Engenheiro Eletricista - CREA Nº 86.909/D



Data: 18/11/2020

Lote	Fonte de Pesquisa		1	Preço de Referência	
	Qtd.	Unid. Descrição	Unitário	Médio	Adotado
Único	1	Unid. Projetos de Layout	R\$ 7.183,40	R\$ 7.183,40	R\$ 7.183,40
	1	Unid. Projeto Executivo de Instalações Elétricas	R\$ 38.257,09	R\$ 38.257,09	R\$ 38.257,09
	1	Unid. Projeto Executivo de SPDA	R\$ 2.947,68	R\$ 2.947,68	R\$ 2.947,68
	1	Unid. Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio	R\$ 8.723,84	R\$ 8.723,84	R\$ 8.723,84
	1	Unid. Compatibilização de Projetos com área até 10.000 m²	R\$ 17.518,50	R\$ 17.518,50	R\$ 17.518,50
	1	Unid. Vistorias, Testes e Elaboração de laudo completo das instalações elétricas, contemplando relatórios termográficos de todos os painéis elétricos da instalação – Engenheiro Sênior com encargos complementares	R\$ 5.382,00	R\$ 5.382,00	R\$ 5.382,00
	1	Unid. Técnico de Nível Médio para acompanhamento nas vistorias dos encaminhamentos, painéis, vistorias e laudos – Técnico em eletricidade.	R\$ 2.527,20	R\$ 2.527,20	R\$ 2.527,20

Legenda:

Itens que foram considerados na formação do preço estimado

Fonte Item Informações da pesquisa

1 Todos SETOP 07/2020 - Sem desoneração

  
Jorge José de Faria Neto  
Engenheiro Eletricista - CREA Nº 86.909/D



## DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)  
\_\_\_\_\_, portador da RG \_\_\_\_\_ e  
inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso  
V do art.27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro  
de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou  
por qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de  
aprendiz, a partir dos quatorze anos.

\_\_\_\_\_,  
de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Representante Legal